

RECURSO ESPECIAL Nº 1.730.009 - CE (2018/0059244-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ

PROCURADOR : EDUARDO MENESCAL - CE016996

RECORRIDO : JOSE FERREIRA DE FREITAS

ADVOGADO : FRANCISCO APRIGIO DA SILVA - CE009073

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **ESTADO DO CEARÁ**, contra acórdão prolatado, por maioria, pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento de mandado de segurança, assim ementado (fls. 61/62e):

- *Mandado de Segurança. Proventos na integralidade dos estípendios que seriam percebidos pelo servidor, se na ativa estivesse. Direito líquido e certo, a reclamar pronta correção mandamental.*
- *Ordem concedida.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fls. 300/301e):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. 1). PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. AUTOS ENVIADOS DIRETAMENTE AO ARQUIVO SEM INTIMAÇÃO DO EMBARGADO. REJEIÇÃO. 2) ALEGADO EXCESSO DE EXECUÇÃO. SUPOSTA INCLUSÃO INDEVIDA DE PERÍODO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DO WRIT INOCORRÊNCIA. 3) PROVENTOS PAGOS INDICADOS ABAIXO DO CORRETO. SUPOSTO EXCESSO DE EXECUÇÃO EM RAZÃO DO VALOR REAL DAS DIFERENÇAS ENTRE O QUE FOI PAGO PELA ADMINISTRAÇÃO, E O QUE AINDA É DEVIDO ACOLHIMENTO DA PLANILHA ELABORADA PELO EMBARGANTE. CONCORDÂNCIA DO EMBARGADO. PRECEDÊNCIA PARCIAL.

- 1. Não há que se falar em prescrição da execução, se o impetrante não foi intimado para dar início ao feito executivo, uma vez que os autos foram enviados sem seu conhecimento para o arquivo, tendo permanecido por mais de cinco anos na Seção de Distribuição.*
- 2. A teor da manifestação do embargado, concordando com os valores*

apresentados, com reconhecimento do excesso de execução, na forma requerida nos embargos, constato a procedência parcial do feito.

3. Rejeitada a preliminar de prescrição. Embargos à execução julgados parcialmente procedentes.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e ao art. 269, IV, do Código de Processo Civil, alegando-se, em síntese, a prescrição da pretensão executória.

Com contrarrazões (fls. 496/499e), o recurso foi admitido (fls. 324/325e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 508/510e.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Firmou-se, nesta Corte, o entendimento, segundo o qual o Recurso Especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e/ou *c* do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido se encontrar em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula 83, *verbis*:

Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

Cumpre sublinhar que o alcance de tal entendimento aos recursos interpostos com fundamento na alínea *a*, do permissivo constitucional, decorre do fato de que a aludida divergência diz respeito à interpretação da própria lei federal (v.g.: AgRg no AREsp 322.523/RJ, 1ª T., Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 11.10.2013; e AgRg no REsp 1.452.950/PE, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 26.08.2014).

Anote-se que, para a aplicação do entendimento previsto na Súmula

83/STJ, basta que o acórdão recorrido esteja de acordo com a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte, sendo prescindível a consolidação do entendimento em enunciado sumular ou a sujeição da matéria à sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C, do Código de Processo Civil, com trânsito em julgado (AgRg no REsp 1.318.139/SC, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 03.09.2012).

No acórdão mediante o qual foram julgados os embargos de declaração, o tribunal de origem se manifestou acerca da suscitada prescrição da pretensão executiva, nos seguintes termos (fls. 303/304e):

Alega o Estado do Ceará que ocorreu a prescrição da Execução no presente caso, razão pela qual deve a mesma ser extinta nos moldes do art. 269, IV do Código de Processo Civil.

Sustenta que o título judicial exequendo transitou em julgado no mês de março de 2001, segundo certidão de publicação da decisão da Presidência em 03 de janeiro de 2001 (fl. 85) e certidão de decurso de prazo sem interposição de recurso em março de 2001 (fl. 86).

Acrescenta que após o trânsito em julgado o feito permaneceu totalmente inerte, após o que foi solicitado o desarquivamento do mesmo, três meses após encerrado o prazo quinquenal de prescrição.

Pois bem, a meu ver, não merece ser acolhida a preliminar pois os fatos não ocorreram exatamente da forma narrada pelo Estado do Ceará.

Pelo que vejo, realmente houve a publicação da decisão da Presidência que negou seguimento ao apelo extraordinário em 3 de janeiro de 2001 e certidão nos autos de que decorreu o prazo legal sem manifestação na data de 06 de março de 2001.

Ocorre que, ao invés de intimar o Impetrante para dizer se ainda tinha algo a requerer, o então Relator do feito determinou o encaminhamento dos autos ao arquivo desta Corte de Justiça, sem, no entanto, dar conhecimento deste ato a qualquer das partes.

E não venha se falar em desídia do exequente, pois segundo consta do extrato processual de fls. 178/181, o qual não foi contestado pelo Embargante, apenas constava informação de que os autos haviam sido remetidos para a distribuição, sem qualquer alusão à arquivamento, assim permanecendo até entrada de petição de acompanhamento do Exequente.

Desse modo, não há que se falar em prescrição da execução, se o impetrante não foi intimado para dar início ao feito executivo, uma vez que os autos foram enviados sem seu conhecimento para o arquivo, tendo permanecido por mais de cinco anos na Seção de Distribuição, pelo que rejeito a preliminar.

Nesse contexto, verifico que o acórdão recorrido está em sintonia com a orientação desta Corte, segundo a qual se afasta a prescrição da pretensão executória

quando a demora no andamento do feito decorre de motivos inerentes ao próprio mecanismo judiciário (Súmula 106/STJ) e não da inércia do Exequente, consoante espelham os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO. DEMORA NO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO POR FALHA DA MÁQUINA JUDICIÁRIA. SÚMULA 106/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a demora na citação por motivos inerentes aos mecanismos da Justiça afasta a prescrição, nos termos da Súmula 106 do STJ.
2. No caso dos autos, o Tribunal de origem afastou a ocorrência da prescrição da pretensão executória por reconhecer que os atrasos decorreram de mecanismos do Judiciário.
3. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp 1.102.431/RJ, processado sob o rito do art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento no sentido de que a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1.313.010/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 16/04/2013).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. FALHA NO MECANISMO JUDICIÁRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E FATOS. SÚMULA 7/STJ. ENTENDIMENTO FIRMADO NO JULGAMENTO DO REsp 1.102.431/RJ, SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC.

1. Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC.
2. A jurisprudência dessa firmou entendimento no sentido de que a demora na citação por motivos inerentes aos mecanismos da Justiça não tem o condão de acarretar a prescrição, nos termos da Súmula 106 do STJ. Precedentes: AgRg no Ag 1378599/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 02/02/2012; REsp 1220651/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/04/2011; AgRg no Ag 1295095/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, DJe 28/06/2012.
3. In casu, o Tribunal a quo afastou a ocorrência da prescrição da pretensão executória ao fundamento de ter havido falha exclusiva do

serviço cartorário, porquanto não foram juntados aos autos os requerimentos da agravada postulando o desarquivamento dos autos.

4. O Superior Tribunal de Justiça, na sistemática do art. 543-C do CPC, quando do julgamento do REsp 1.102.431/RJ, consolidou o entendimento no sentido de que a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1.405.167/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 22/11/2012).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC DE 1973. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DEMORA NO ANDAMENTO PROCESSUAL CAUSADA PELO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A inércia foi causada pelos mecanismos inerentes da justiça, portanto o credor não pode ser responsabilizado pelas suas consequências.

3. O STJ, no julgamento do REsp 1.222.444/RS, julgado no rito dos Recursos Repetitivos, art. 543-C do CPC, pacificou a orientação de que "A configuração da prescrição intercorrente não se faz apenas com a aferição do decurso do lapso quinquenal após a data da citação. Antes, também deve ficar caracterizada a inércia da Fazenda exequente".

4. É firme o entendimento do STJ de que somente a inércia injustificada do credor caracteriza a prescrição intercorrente na execução, o que não se verifica no caso concreto, já que a demora no andamento do feito se deu por motivos inerentes ao próprio mecanismo judiciário (Súmula 106/STJ).

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.697.890/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

